

## NOITES BRANCAS – O EXÉRCITO COMO *REGULADOR IMEDIATO* *DA GESTÃO DA BARBÁRIE*

Noches blancas - El ejército como regulador inmediato de la gestión de la barbarie

White Nights - The Army as Immediate Controller of the Barbarism Management

### RESUMO

O autor defende que o protagonismo militar nas eleições de 2018, compondo o campo ativado pela “nova-direita”, tem como pano de fundo uma adequação às necessidades em curso das guerras de ordenamento mundial, como modos atualizados da gestão da crise do capital agravada desde 2008. O propalado protagonismo do Exército não é o início do estado de exceção, mas tão somente um momento de aprofundamento que tenderá a continuar no próximo período.

**Palavras-chave:** estado de exceção; guerras de ordenamento mundial; gestão da barbárie

### RESUMEN

El autor defiende que el protagonismo militar en las elecciones de 2018, componiendo el campo activado por la nueva derecha, tiene como telón de fondo una adecuación a las necesidades en curso de las guerras de ordenación mundial, como modos actualizados de la gestión de la crisis del capital agravada desde 2008. El propalado protagonismo del Ejército no es el inicio del estado de excepción, sino tan sólo un momento de profundización que tenderá a continuar en el próximo período.

**Palabras-clave:** estado de excepción; guerras de ordenación mundial; gestión de la barbarie

### ABSTRACT

The author argues that the military protagonism in the 2018 elections, composing the field activated by the “new right”, has as a background an adaptation to the underway needs of the world order wars as updated modes of managing the capital crisis aggravated since 2008. The proclaimed leadership of the Army is not the beginning of the state of exception, but only a moment of its deepening that will tend to continue in the next period.

**Keywords:** state of exception; wars of world order; barbarism management

#### **Marildo Menegat**

Professor do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ).

[mmenegat@ig.com.br](mailto:mmenegat@ig.com.br)

Artigo recebido em:

10/01/2019

Artigo publicado em:

26/01/2019

**1** A separação rígida entre vida militar e vida civil, segundo David Bell (2012), surgiu apenas após a Revolução Francesa de 1789. Tudo indica que esta se tornou uma tendência sem volta da sociedade burguesa. No Antigo Regime, comenta ainda Bell, a vida de um militar se misturava com aventuras, galanteios e poesia que a disciplina da mobilização total e o profissionalismo da guerra não pode comportar. O militarismo, que desde então tem marcado a história do capitalismo, faz desta separação uma força propulsora diante de situações de exceção. Num tipo de sociabilidade que frequentemente se desmancha no ar – e, além disso, tem na produção de armas uma das prerrogativas do desenvolvimento do moderno sistema industrial de produção e um dos recursos essenciais da concorrência entre Estados –, este distanciamento que a vida militar mantém dos civis, com seu cotidiano vivido em instituições fechadas, não é uma mera escolha subjetiva, mas a necessidade daquilo que existe para ser um dispositivo de última instância da preservação da ordem. Os exércitos e seus quartéis fazem a vez dos sacerdotes e seus mosteiros numa sociedade sem alma. A pureza que simulam é, como na era medieval, falsa, mas não deixa de ser um poderoso espetáculo no quadro confuso da restituição, por meio da violência e do medo, do centro totalitário que esta ordem tanto precisa para funcionar.

**2** O fato é que, depois da crise de 2008, as democracias no mundo inteiro entraram num estado catatônico de frágil formalismo sem legitimidade. Quando se quer derrubar algum governo, basta se apelar à formalidade da lei, mesmo que sua aplicação possa parecer absurda em tal contexto. Isso assemelha-se a algo como seguir estritamente o protocolo das boas maneiras quando se está em pleno cadafalso. No momento em que a formalidade da lei é inviável para desbancar o governo, se apela à sua ilegitimidade. Virou um jogo de pôquer no qual todas as cartas são ruins, por isso, basta blefar antes e mais alto para levar<sup>1</sup>.

Até a literatura liberal há muito reconhece este colapso das democracias<sup>2</sup>. Diversos fatores – por hora anulados – que implicam em características fundamentais de um regime democrático, como a estabilidade do sistema político e o controle e intervenção na economia, tornam seus modelos de análises e previsões pouco confiáveis. Essa instabilidade tem sido vista como um anúncio da morte das democracias, o que não é um exagero, apesar da causa, tudo indica, ser outra. A linha de compreensão deste colapso nas ciências políticas se prende em geral aos sintomas, como a *débâcle* de partidos tradicionais (como foi o caso do PS na França, ou do PSDB no Brasil), ou nos nomes do *establishment* que são suplantados por *outsiders* (como o caso de Trump nos EUA, ou de Bolsonaro no Brasil), ou ainda na inversão de expectativas com decisões tão

**1** - O Conforme explicou Tasso Jereissati: “O partido cometeu um conjunto de erros memoráveis. O primeiro foi questionar o resultado eleitoral. Começou no dia seguinte (à eleição). Não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia. O segundo erro foi votar contra princípios básicos nossos, sobretudo na economia, só para ser contra o PT. Mas o grande erro, e boa parte do PSDB se opôs a isso, foi entrar no governo Temer. Foi a gota d’água, junto com os problemas do Aécio (Neves)”. In: “Fomos engolidos pela tentação do poder”, *Jornal Estado SP*, 13.09.2018; citado por CABRAL PINTO, M. A. in: A ‘doutrina da dependência militar’ e as eleições de 2018.

**2** - Entre muitos títulos recentes ver: Levitsky, Steven e Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018; Runciman, David. *Como a democracia chega ao fim*: São Paulo: Todavia Editora, 2018; Castells, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

arraigadas e centrais como foi a saída da Inglaterra da União Europeia (o Brexit). Não restam dúvidas de que estes sintomas revelam que a democracia ocidental tornou-se um terreno pantanoso que desafia qualquer entendimento superficial. Mas eles mesmos poderiam ser ampliados ao se acrescentar a essas observações a incapacidade da política impor minimamente limites e contrapartidas ao mercado. O que ocorre é que o estado agravado de crise do capitalismo faz da acumulação um acontecimento dolente, em que nada pode contrariar o improvável – portanto, a sociedade deve manter-se como refém das condições de possibilidade de uma acumulação sempre curta e de abrangência restrita. A prioridade da atuação do Estado deve ser cada vez mais escancarar todos os recursos para a manutenção de alguma atividade econômica, não importa se para isso uma parte crescente das ações de reprodução social – como educação, saúde, previdência... – não puderem mais ser mantidas. Esta contradição, sem nenhum subterfúgio, assinala abertamente o abandono do caráter civilizatório mínimo que a sociedade burguesa pretendeu ter.

Nessa perspectiva, a anunciada morte das democracias não é uma simples epidemia regressiva da subjetividade moderna, nem o resultado vitorioso de um implacável movimento conservador. A verdade é que as condições de estabilidade deste regime findaram totalmente. Comentando a conjuntura do pós-Guerra na década de 1920, Agamben (2004, p. 26) observou que “a emergência mi-

litar de então havia dado lugar à emergência econômica por meio de uma assimilação implícita entre guerra e economia”. Esta assimilação, que surgiu como parte da economia de guerra iniciada em 1914, foi decorrente e necessária para financiar “o consumo-destrutivo improdutivo da guerra industrializada”<sup>3</sup>, por meio da criação de dívidas, que geraram uma espiral inflacionária em que o valor das moedas dos principais países envolvidos no conflito perdeu seu chão com o fim do padrão ouro<sup>4</sup>. A relativa estabilidade deste processo somente foi atingida nos chamados (ilusoriamente!) *trinta anos gloriosos do pós-Segunda Guerra* (1945-1973), quando a inflação, mesmo sem ter desaparecido completamente, foi mantida sob controle no regime de regulação fordista, amparando a continuidade de uma economia de guerra – na forma da Guerra Fria –, que pôde ser financiada por créditos, em que o consumo antecipado da futura produção de mais-valor ainda encontrava relativa correspondência no desenvolvimento da economia. Contudo, desde os anos 1970 esta estabilidade se desfez. Com o início da crise estrutural do capitalismo e o consequente fim do Acordo de Bretton-Woods (1971), as moedas de todos os países passaram a se apoiar “num fluxo monetário sem substância”. As mudanças em curso sugerem uma passagem de natureza semelhante à da metade do século XX (certamente mais drástica e sem saídas), porém, invertida num aspecto essencial. Agora, a economia em estado terminal – que será vivida como uma espécie de guerra sem guer-

**3** - Esta observação é de KURZ (2011), de quem acompanho o argumento exposto nesta parte do texto de uma economia de guerra sem guerra.

**4** - KEYNES, J. M. (1978, p. 88) anotou que as moedas das principais potências envolvidas na guerra de 1914 foram violentamente desvalorizadas neste período, algumas em mais de 100%.

ra (que alguns têm chamado de guerras híbridas, outros de guerras irregulares) – precisa criar um estado de exceção que obriga todas as montanhas a se moverem em direção à sua determinação. O espaço objetivado da economia empresarial, diante do encurtamento dramático dos recursos para prosseguir sua dinâmica de acumulação, ou seja, de produzir novo valor, traga para dentro de si, como se fosse um buraco negro de antimatéria, todo e qualquer conteúdo social. Diferente dos *trinta anos da grande crise do capitalismo* (1914-1945), em que os esforços de guerra foram fundamentais para a saída da crise, “a nova crise econômica mundial não pode mais ser resolvida por uma guerra” (Kurz, 2011, p. 176), pela simples razão de que os meios econômicos para este fim já estão sendo utilizados e chegaram ao seu limite absoluto. Os mecanismos de uma economia de guerra permanente, alimentados artificialmente por um sistema de crédito e bolhas financeiras, foram postos em curso nas últimas décadas e esgotaram sua capacidade de manter em pé o que já desabou – é justamente isso que Kurz chama de “uma economia de guerra sem guerra”. Se a democracia ocidental era a forma estatal da economia de mercado, com a morte deste, dela apenas pode sobrar um esqueleto – e algumas tentações fantasmagóricas com uma força destrutiva impressionante!

Os anos de aprendizagem de regulação de uma economia de mercado criou imensos embaraços para a esquerda social-democrata, que se vê alijada do seu compromisso histórico

de governar o capitalismo com “justiça social”. Não tem sido muito melhor, porém, a sorte e o destino dos liberais “sinceros”. As massas, como fizeram recentemente na França e na Inglaterra, viraram as costas a esta promessa. Seus objetivos são mais modestos: um emprego e uma sobrevivência mínima e segura num tempo de competição canina por um osso. Seu princípio de realidade foi modestamente adequado a este estado cruel, e o sujeito da modernidade conformado a ele, abandona qualquer simulação de um cosmopolitismo vazio e sem emancipação, para viver a defesa agressiva deste exíguo território.

**3** Esses aspectos ajudam à explicar um pouco o grotesco e assustador que rondou as eleições de 2018. Pela primeira vez desde 1989, a eleição foi tutelada por ameaças de rebelião dos quartéis caso o resultado não fosse o desejado por um punhado de comandantes do exército e reservistas do Clube Militar. Uma antiga anedota soviética contava que Dimitrov era um especialista em montar os cavalos encilhados que apareciam no seu caminho. O problema era Stalin, que amava domar cavalos, de modo que Dimitrov nunca cavalgava sozinho! Bolsonaro é um oportunista que soube montar o cavalo que a conjuntura pós-2013 encilhou, permitindo o surgimento de centenas de personalidades do seu porte. Mas ele não cavalga sozinho. Uma sequência



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

de fatos foi expondo um plano que, pela sinceridade com que é revelado, estranhamente, ainda não ganhou a repercussão que merece. Primeiro, as entrevistas dos comandantes do Exército a jornais e programas de televisão, defendendo a volta do ideário (sic) e da disposição, segundo eles, contra a desordem de 1964. Todos os personagens em tela defenderam a possibilidade de não se aceitar o resultado das eleições. É claro que o pigmeu montado na situação deu sua contribuição, apesar de hospitalizado.

Historicamente, o Exército brasileiro se pautou pela defesa de um nacionalismo de direita e guardou com muito esmero os festejos de algumas datas que sustentam esta tradição. No Estado Novo (1937-45) houve uma congruência entre as forças militares e a decisão de se industrializar o Brasil. O desenvolvimento do fordismo como um paradigma técnico da acumulação de capital deixou claro que uma nação agro-exportadora não teria nenhuma chance nas disputas por uma fatia do mercado mundial. Neste sentido, a defesa da soberania nacional implicava no desenvolvimento de um exército armado pela tecnologia que já era usada desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A participação dos militares neste processo, portanto, não foi apenas o de avalistas de uma ditadura, mas *de defesa da criação de um complexo industrial militar nacional*. Não são poucas e tampouco desimportantes as empresas estatais deste ramo, que foram criadas naqueles

tempos e privatizadas nos anos 1990 por FHC. Mesmo assim, permaneceu forte nos quartéis nos últimos 25 anos a ideia de defesa de empresas nacionais ou estatais estratégicas. *Contudo, houve algo, recentemente, que fez com que este ideário mudasse muito rápido e profundamente*. A venda da Embraer para a Boeing pode ser tomada como o ponto sinalizador desta virada. Ao que parece, as posições verde-oliva não são mais nacionalistas de direita, e sim, apenas de direita.

Esta mudança de posição sobre as bases que poderiam assegurar a soberania nacional é sem dúvida uma virada de expectativas, mas é também uma *adaptação aos tempos de desagregação da soberania nacional* que se manifesta no colapso da democracia, e que tem se acelerado a partir da crise de 2008. Esta desagregação está em andamento no surgimento de milícias e outras modalidades de organizações armadas que atuam sobre estes territórios, esfacelando o monopólio da violência e exercendo soberanias difusas. Tal mudança poderia ser articulada com o debate que tem sido feito nos EUA sobre o lugar que este país pode e deve ocupar no mundo nos próximos anos. A forte e crescente consciência de uma decadência americana em curso, tem sustentado análises de defesa de um posicionamento mais modesto do país nas relações internacionais. Num artigo publicado no *The New York Times*, Christopher A. Preble comenta que a participação americana na riqueza mundial caiu, entre o

fim da Segunda Guerra e 2018, de 50% para 15,1% do total! Ao mesmo tempo, os gastos militares têm crescido para algo em torno de US\$ 760 bilhões ao ano<sup>5</sup>. A manutenção desta economia de guerra tornou-se um dilema. Da mesma forma que é absolutamente necessária para garantir a força do dólar como moeda mundial, ela produz uma espiral de endividamento insustentável. Diante deste autêntico cobertor de meio palmo, autores como o sr. Preble tem sugerido a necessidade de compartilhar com outras nações a responsabilidade pela paz mundial. Desse modo, um elemento que pode permitir alguma inteligibilidade da guinada do exército brasileiro, é o argumento deste autor de que: “*Em vez de tratar aliados como adolescentes irresponsáveis que não se pode confiar sem a supervisão constante do Tio Sam, ou fracos ineficazes que aproveitarão a oportunidade de capitular diante de vizinhos vorazes, Washington deveria capacitar os Estados maduros e com ideias semelhantes para lidar com desafios locais, antes que eles se tornem crises regionais ou globais*”. Ou seja, a construção de uma relação de interdependência com aliados que pressupõe, não mais um imperialismo de expansão territorial, com a ampliação de suas fronteiras, mas de um imperialismo de exclusão (Kurz) por meio de *guerras de ordenamento mundial*, cuja finalidade é proteger a imposição da valorização do valor nas regiões em que ela ainda é possível. A guerra contra “países delinquentes”, parte substan-

cial dessas guerras de ordenamento mundial, não exige mais um descarregamento massivo de tropas de ocupação. Ela, de fato, não passa de uma gestão da barbárie por meios bárbaros e pode muito bem ser executada por “aliados maduros”. Não é novidade para ninguém que, desde a experiência de intervenção no Haiti, o exército brasileiro se julga capacitado a este papel.

**4** As fanfarras da caserna também tinham se modificado nos últimos anos. Grandes datas ideológicas de comemoração do ideário anticomunista andaram em baixa no exército brasileiro. Festejos como a data da derrota da Intentona Comunista de 1935, ou mesmo os do golpe de 1964, passaram a não existir ou a serem lembrados numa perspectiva “não revanchista”. Até no sentimento fora dos quartéis era possível se recolher, entre setores não desprezíveis da população brasileira, se não um sentimento de recusa total das glórias das armas nacionais, ao menos uma difusa desconfiança permeada por desprezo pelas páginas de tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos nos anos de ditadura. O próprio Clube Militar em 2004, no aniversário dos 40 anos do golpe de 1964, não foi além de um melancólico encontro de velhos<sup>6</sup>. Seu número de filiados anda tão baixo que poderia ser usado como fonte da autenticidade deste desconforto que as eleições de 2018 produziram. Em outras palavras, não

**5** - Cf. PREBLE, Christopher A. “Adapting to American Decline”, *The New York Times*, 22 de abril de 2018, p. SR1.

**6** - Cf. CASTRO, C. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 144 e ss.



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

**7** - Nos últimos 40 anos, o Brasil passou por 3 de suas 4 maiores recessões na história. Tirando a crise de 1929, nenhum processo foi tão longo e a queda na produção tão aguda quanto nas recessões de 1981-83 (com uma queda do PIB de 8,5%), 1989-92 (queda do PIB de 7,7%) e, a mais recente e grave de todas, 2014-17 (com queda do PIB de 8,7%). A frequência e gravidade desses processos num curto espaço de tempo, não deixa dúvidas sobre as evidências do estado de colapso do capitalismo e seus reflexos incontornáveis na economia globalizada do Brasil. Cf. FRAGA, Érika “Falta pouco para a atual recessão se tornar a pior da história”, Folha de São Paulo, 30/11/2016. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1837145-falta-muito-pouco-para-a-atual-recessao-se-tornar-a-pior-da-historia.shtml>

**8** - CCf. “Manual contra a guerra urbana”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de setembro 2003, p.18-19. Ver também: “Força contra a desordem”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de abril 2005, p.3. Sobre este tema, recomendo ainda MENEGAT, M. “Guerra civil no Brasil”, in: *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

foi no Clube Militar que esta guinada política do exército foi formulada.

De uma outra perspectiva, no entanto, menos visível, porém mais sólida, há o histórico das mutações do exército depois do fim da Guerra Fria. Já nos anos 1970, os EUA haviam percebido que a melhor estratégia de se despolarizar a disputa com o Bloco Soviético, permanecendo no ataque, era o que acabou se tornando a “guerra contra as drogas”. Esta modalidade de guerra tira do campo ideológico a justificativa da necessidade de dominação, por meio de armas, de territórios insurgentes. Na guerra contra as drogas, o militarismo se realiza por razões morais aparentemente edificantes e justas. A Guerra do Ópio, na segunda metade do século XIX, que permitiu destruir as resistências dos chineses à ocidentalização, já havia dado demonstrações de como este caminho poderia ser explorado por uma cultura puritana, como aquela então hegemônica no centro do capitalismo. A lei seca dos EUA dos anos 1920 reforçou a concepção de que incursões no universo dos vícios, numa sociedade dominada pelo tédio, permitem legitimar a presença permanente no espaço social de uma força policial da ordem. O fascismo também teve neste método uma de suas características, se bem que tenha ampliado este policiamento também para o campo das ideologias. Durante o processo de *distensão da ditadura* (1974-1979), os generais de plantão começaram a jogar suas fichas neste novo ideário do milita-

rismo. No final dos anos 1970, passaram a perseguir mais os opositores da ditadura em movimentos contraculturais, incluindo o movimento estudantil, sob o pretexto de estarem usando drogas ilícitas, do que por suas ideias subversivas. Com isso, o exército preparava a sua retirada da política, mas mantinha firme o controle e a presença em territórios periféricos através de suas forças subordinadas – que são as polícias militares. A passagem da Guerra Fria a um novo posicionamento estratégico estava consumada. Foi uma troca de guarda, mas esteve longe de não ser atentamente acompanhada pela construção de uma nova missão.

Com o colapso geral da crise da dívida externa, nos anos 1980 – juntamente com uma das maiores recessões da história –, o desemprego aumentou a índices pesados para um país sem legislação de proteção social. Foi na esteira destes acontecimentos que mudou também o padrão do comércio de drogas ilícitas. Esta atividade encontrou uma massa de jovens disponíveis para um trabalho tão ruim quanto qualquer outro que lhes seria oferecido se a economia se recuperasse. Mas não era o caso. Esta foi uma década perdida, assim como a seguinte<sup>7</sup>. No início dos anos 2000, o exército já estava preparando um “manual de guerrilha urbana”, e alguns de seus teóricos se dedicavam a pensar os novos modelos de guerras irregulares<sup>8</sup>. Em 2003, o general Augusto Heleno, atual ministro do GSI do governo Bolsonaro, ao liderar a primeira missão ao

Haiti, avisava que esta seria um treino a ser replicado nos morros do Rio.

O argumento da resolução da ONU, que decidiu essa missão e sua natureza, não escondia a preocupação com um Estado absolutamente falido e suas consequências “à estabilidade do Caribe, especialmente por causa do potencial fluxo de pessoas para outros Estados na sub-região”<sup>9</sup>. O Haiti há muito é uma nação de seres humanos supérfluos para o capitalismo atual. A potencialidade desestabilizadora dessas massas sobrantes à deriva tem sido um dos temas centrais das políticas de segurança internacional dos países do centro. Apesar da participação brasileira nesta missão ter sido desde o início controversa, para Ricardo Seitenfus, que foi representante especial da OEA no Haiti nesta época, os resultados de maior impacto devem ser procurados não no Haiti, mas nos indivíduos e nas instituições brasileiras que atuaram na ocupação. O primeiro impacto seria o impulso que esta ocupação deu às exportações de armas do Brasil para o Haiti. João Fernando Finazzi fala em algo em torno de US\$ 18 mi num período de 10 anos<sup>10</sup>. Porém, o impacto mais importante foi uma espécie de formação e clarificação política dos militares envolvidos. As responsabilidades que exerceram foram de “quase estadistas”. Numa das diversas reportagens de João Paulo Charleaux sobre este tema no jornal Nexo, ele repara – com intervenções de Seitenfus e Finazzi – que “a posição ocupada por esses

*generais brasileiros no Haiti transformou-os, na prática, em ‘vice-presidentes do país sob intervenção’. Eles tinham de ‘manter canais de diálogo com as autoridades locais [...]’. Além disso, eles ‘mantinham contato estreito com os Estados Maiores das Forças Armadas dos países membros do Conselho de Segurança, especialmente com o Comando Sul dos Estados Unidos’*<sup>11</sup>. Ao que parece, tudo isso animou estes militares a se manterem mobilizados politicamente. Nestes contatos, a visão panorâmica que deu origem à guinada do exército no sentido de vir a exercer outra função, ficou, provavelmente, mais nítida. O aparente imobilismo da caserna até 2015, quando este posicionamento passou a ser externalizado, tem muito a ver com a eficiente gestão da barbárie que os governos petistas, sustentados pela mega bolha de *commodities* deste período, fizeram. Porém, a crise de 2008 está sendo implacável com as experiências de uma esquerda tradicional que, da mesma forma que seus opositores, pensa que ainda há um mundo de progressos por vir. O recente crescimento das dívidas públicas, combinado ao vasto processo de desindustrialização<sup>12</sup>, deixa pouco espaço para se tentar, mesmo que ilusoriamente, um salto para frente. Pode-se somar a isso a fadiga da reprodução do capital impulsionada pelo capital fictício, e se estará, desta forma, no limiar das tensões dissolutivas da vida social em curso que a intervenção do exército pensa estancar – tanto no Brasil

**9** - Cf. Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, citada por CHARLEAUX, João Paulo. “Qual o balanço da missão brasileira de paz no Haiti”; In: Nexo Jornal, 25 de abril 2017 (atualizado 04/Mai 15h23). <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>

**10** - Cf CHARLEAUX, 2017.

**11** - Cf. CHARLEAUX, João Paulo “Qual o peso da missão do Haiti no gabinete de Bolsonaro”; Nexo Jornal, 30 Nov 2018 (atualizado 03/Dez 11h12). <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/30/Qual-o-peso-da-miss%C3%A3o-do-Haiti-no-gabinete-de-Bolsonaro>

**12** - Sobre o crescimento da dívida pública, ver PRADO, Maeli. “Governo tem déficit de R\$ 154,2 bi em 2016, pior resultado desde 1997”; *Folha de São Paulo*, 30/01/2017. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1854226-governo-tem-deficit-de-r-1542-bi-em-2016-pior-resultado-desde-1997.shtml>



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

**13** - Cf. CABRAL PINTO, Marco Antônio. “Há um cálculo, realizado pelos ‘Generais da dependência’, de que o Brasil não possui meios para enfrentar, sozinho, os desafios e ameaças de ordem interna e externa, devendo-se alinhar esforços com o dominador estrangeiro, tanto na política – cyberssegurança, biossegurança, combate ao crime organizado – quanto na economia – diminuição do Estado, reformas fiscais, independência do Banco Central”. <[https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/adoutrina-da-dependencia-militar-e-a-eleicao-de-2018?utm\\_campaign=newsletter\\_rd\\_-\\_28092018&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Stat](https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/adoutrina-da-dependencia-militar-e-a-eleicao-de-2018?utm_campaign=newsletter_rd_-_28092018&utm_medium=email&utm_source=RD+Stat)>.

Marildo Menegat

como nos países vizinhos. A percepção de que as moedas do mundo não possuem qualquer valor real se tornou generalizada. Até o personagem ridículo que governa os EUA o percebeu. A enxurrada de dólares que foram emitidos para se prolongar o esquema da dívida pública norte-americana e seu déficit em conta corrente depois de 2008 já não pode ser sustentado. Este alarme de incêndio fez a China e outros parceiros dos BRICS tentarem ensaiar o surgimento de uma nova moeda. *Esta com certeza seria uma grande ameaça à impossibilidade hegemônica dos EUA na atualidade.* No entanto, esta proposta é apenas um tigre de papel, pois a perda de valor das moedas tem a ver com a crise estrutural do capitalismo, que é mundial. Não será uma troca de moeda que evitará o que está em curso. Mas, enquanto as instituições do Estado ainda tiverem a ilusão de uma manobra, o espaço para estas experiências de escassa possibilidade de sucesso irá mobilizar suas energias.

**5** Por estas razões faz algum sentido a imagem de “doutrina da dependência militar” que Marco Antônio Cabral Pinto criou. Os militares fecharam suas formulações, anteriormente comentadas, com uma compreensão do caráter de cooperação subordinada atual<sup>13</sup>. O embate que se avizinha – e todos os lados ameaçam guerra – obrigará

a combates internos contra a dissolução social e, ao mesmo tempo, combates externos contra países pretensamente inimigos. Esta junção entre crise e guerra começou ainda nos anos 1990, com a guerra do Golfo e, depois, a dos Bálcãs – seguidas pelas guerras civis de dissolução da ex-URSS. No Brasil, este fenômeno dissolutivo foi evidenciado por dois aspectos: o encarceramento em massa e o crescimento exponencial de homicídios, produzindo a versão local desta relação no mesmo período. Estas guerras se generalizaram posteriormente na África, no Oriente Médio e, na América Latina, num modelo muito próximo ao brasileiro, em Honduras, Guatemala, El Salvador e Haiti – e mais recentemente, em quase toda a América do Sul (mas, principalmente, na Venezuela).

Tal estado generalizado define este tempo a partir de uma economia política da barbárie, em que “se desenvolve uma economia de pilhagem, que despedaça os restos da reprodução em pleno colapso” (KURZ, 2006, p. 28). A acumulação de capital apenas se mostra viável em pequenas zonas nas quais as cadeias transnacionais de criação de valor ainda podem operar, impulsionadas por bolhas financeiras. A rapina é o centro destas bolhas. Nelas a parte física da riqueza é levada e, no seu lugar, enormes dívidas, tanto públicas como privadas ficam como legado: “*Os espaços de funcionamento e de regulação*

das economias nacionais são quebrados; mesmo nos países centrais, o Estado deixa de ser o ‘capitalista coletivo ideal’, no sentido tradicional do termo” ( Kurz, 2006, p. 28). A gestão repressiva da barbárie é esta tentativa de controle da decomposição territorial e a simulação de normalidade nas pequenas zonas de valorização.

Esta guerra combinada, interna e externamente, é uma modalidade atualizada da guerra total, que põe a defesa da pátria na conta das alianças que se apresentam neste contexto. As velhas tradições iniciadas com o desenvolvimento do fordismo no Brasil, assim como anos a fio de co-operação subalterna, levam a um *alinhamento em defesa do dólar*. Trump já tocou as trombetas desta cruzada. Foi o alinhamento do Brasil, ao menos com os EUA, pensam os militares, que esteve em jogo nas eleições de 2018. Mesmo parecendo bizarras, as intervenções do general Mourão sobre economia estão perfeitamente afinadas com este quadro. O que ainda resta de acumulação de capital somente se sustenta por meio do horror. Os militares brasileiros, pelo visto, estão decididos a cumprir este papel. A insolvência da economia acionou o alarme geral. A anunciada morte súbita do Estado sublevou os burocratas do núcleo duro do aparelho: justiça e forças armadas. Eles preparam as condições ideais da decisão soberana.

A experiência, portanto, mais frequentemente toma-

da como uma quixotada folclórica do que um evento de grande impacto político, do Brasil potência que envia tropas para a missão da ONU de pacificação do Haiti, teve um alcance cujas sombras apenas agora se mostram plenamente à vida nacional. Boa parte das maquinações em curso e sua viabilidade se apresentaram neste episódio, curiosamente muito distante dos olhos e da percepção comum, mas definidor de um papel estratégico para um projeto de poder dos militares. A articulação entre o tipo de missão pacificadora e a propaganda de uma política ultraliberal agressiva, não podia ser mais programática das necessidades de defesa de uma soberania do Estado sem soberania nacional. Aliás, é exatamente isso que um general – ocultado pelo anonimato – afirmou numa entrevista à revista argentina *Letra P*, em outubro de 2018: “*O nacionalismo econômico não é mais nosso programa, deixamos isso para o Partido dos Trabalhadores. Agora é liberalismo. Foi o que dissemos a Bolsonaro. Queremos um país o mais livre possível, o que nos coloca radicalmente contra o que o PT diz*”<sup>14</sup>. Em resumo, a fórmula aponta para a defesa de uma soberania do poder sem a nação, ou, ao menos, sem levar em consideração as necessidades da ampla maioria das massas que formam o “povo brasileiro”. Esta é a natureza mais crua da guinada do exército, ele deixa de lado sua função constitucional clássica de defesa da soberania

**14** - Cf. FALAK, M. “Bolsonaro presidente, el proyecto secreto de la cúpula militar”. In: *Letra P*, Buenos Aires, 5 de outubro de 2018. <<https://www.lettrap.com.ar/nota/2018-10-5-20-42-0-bolsonaro-presidente-el-proyecto-secreto-de-la-cupula-militar>>.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

**15** - Aliás, esta foi a interpretação de Pettersen Filho na reportagem da *Revista Fórum*, em 23 de abril de 2018, sobre a doação pelo exército dos EUA de 96 blindados ao exército brasileiro: “Uma doação recente dos Estados Unidos da América acaba de chegar ao Brasil, via Porto de Paranaguá: cerca de 52 tanques de guerra estadunidenses tipo M3, perfeitamente utilizáveis, para o transporte de tropas e carro de comando, estão prestes a ser incorporados ao Exército Brasileiro. Isso ocorre quando muito se fala de intervenção estrangeira norte-americana na Venezuela, a maior reserva certificada de petróleo no mundo. [...] A doação recente dos EUA leva o Brasil à dependência estadunidense quanto à reposição de equipamentos e peças, fator intolerável em tempos de guerra. A Venezuela e o Irã possuem modernos caças F-16 e F-14 no solo, sem condições de voo porque faltam peças, já que elas não são cedidas pelos EUA a governos que julgam hostis. Tal doação, além de roubar-nos preciosos empregos, soberania e independência, soa-nos muito mais como um ‘presente de grego’”. <<https://www.revistaforum.com.br/presente-de-grego-estados-unidos-doam-mais-de-50-tanques-de-guerra-ao-brasil/>>.

**16** - No dia 19 de abril de 2017, o ex-Juiz Federal Sérgio Moro recebeu a mais importante condecoração dada pelo exército brasileiro: “A Ordem do Mérito Militar é uma condecoração dada a militares, cidadãos, or-

Continua...

nia nacional (com todas as ilusões e ocorrências históricas que tal função acarretou), e passa a exercer a nova função de regulador imediato da gestão da barbárie. No mesmo ato, ele passa a ser um desses Estados maduros e com ideias semelhantes que, por sugestão do sr. Preble, podem ajudar a lidar com desafios que já se tornaram crises regionais<sup>15</sup>.

Estes episódios explicam também, em certa medida, a vida nacional nestes últimos anos. O protagonismo dos tribunais não é alheio ao dos militares. Vários juízes, sem nenhum problema com uma justiça partidarizada, mas que advogam a favor de uma escola sem partido, postaram em redes sociais “curtidas” de posts do candidato à presidência de extrema-direita. O exército andou distribuindo sua comenda de honra a todos os que prestaram relevantes serviços no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, inclusive a Sérgio Moro<sup>16</sup>. Talvez eles expliquem a enigmática orquestração de “intervenção militar” em meio a greve de caminhoneiros (quando não, a própria greve!). Sabe-se sem detalhes da presença de milícias nos piquetes. No seu blog, à época da greve, Marcos Augusto Gonçalves escreveu: “*Executivo de uma grande empresa de comercialização de commodities disse ao blog que milícias armadas que nada têm a ver com caminhoneiros ou transportadoras estão atuando pelo menos em Minas, Paraná e Goiás. Intimidam caminha-*

*neiros e pedem intervenção militar. Motoristas estão se recusando a sair até com escolta. Jogo bruto. Funcionários da empresa foram a um piquete e constataram que só havia gente de ruralistas e comerciantes no bloqueio. Ninguém ligado a caminhoneiros ou transportadoras. Os grupos parecem vinculados a setores ultradireitistas do meio rural. O relato coincide com as declarações do presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, que afirmou que caminhoneiros querem voltar ao trabalho, mas estão sendo impedidos por ‘intervencionistas’”<sup>17</sup>.*

Portanto, ao que tudo indica, esta seria, finalmente, a tempestade perfeita. Uma nova direita saiu do armário, financiada por grupos americanos e grandes empresários nacionais, tem voz ativa em todos os grandes jornais do país e é muito militante nas redes sociais. Ela mobiliza massas de homens brancos frustrados contra as ameaças da vida e do tempo histórico, pesarosos que a crise do patriarcado produtor de mercadorias confirme a irrelevância de suas existências. O eixo de ataques desta nova direita, presente nas falas do general Mourão e de Bolsonaro, dirige-se contra as tutelas do Estado às massas excluídas da reprodução social. Para estes liquidacionistas dos restos mortais da civilização moderna, esta carne deve mesmo ser jogada aos leões. Afinal, a piedade é um sentimento cristão tão profundo que apenas

pastores da larva de um Feliciano podem compreender – principalmente se bem pagos! Nos últimos anos, o número de mortes violentas no Brasil virou a cifra dos 60 mil, e o encarceramento chegou a 700 mil presos<sup>18</sup>. Este horror é necessário para legitimar socialmente o que se transformou o trabalho desde há muito, mas, principalmente, depois da Reforma Trabalhista de 2017. O princípio básico desta economia das emoções, se assim ainda pudermos chamar este estado de coisas, segue à risca o feito dos nazistas. Para que o terror funcione como um cimento social, ele deve ser geral, mas hierarquizado. Há sempre a possibilidade de alguém ou um grupo estar vivendo pior do que você<sup>19</sup>.

Creio ter sido Tito Lívio quem, comentando a vida dos romanos de seu tempo, disse algo que se adéqua à perfei-

ção ao sentido deste ovo estranho posto para ser chocado com as campanhas eleitorais: *ninguém suporta mais as mazelas desta época, tampouco os remédios para suprimi-las*. Esta é a situação ideal para se receitar emplastos. Após o estouro da bolha de alta tecnologia, em 2001, se iniciou uma segunda fase do colapso do capitalismo, que por agora ganha velocidade incrível. As bolhas que voltaram a embalar a acumulação fictícia desde aquele acontecimento, são tão gigantescas e sem condições de se sustentar que, à iminência de sua implosão, todos que admiraram Górgona permanecem bestificados. Que estas bestas ainda realizem um esforço para salvar o que sobra do Estado e do mercado, é justamente a natureza do grotesco em curso.

ganizações e instituições que tenham prestado relevantes serviços ao Exército brasileiro” [grifos meus, MM]; cf <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/exercito-entrega-medalha-de-condecoracao-ao-juiz-sergio-moro.ghtml>>.

**17**-Ver:<<https://blogdomag.blogfolha.uol.com.br/2018/05/28/executivo-de-empresa-relata-agromilicias-armadas-intimidando-caminhoneiros/>>.

**18** - O sistema prisional brasileiro caminha para um ponto de implosão, como as próprias autoridades reconhecem. Recentemente, o ex-ministro de Segurança Pública Raul Jungmann disse numa palestras no IX Workshop do Sistema Penitenciário Federal: “que, caso o sistema continue crescendo 8,3% ao ano, em 2025 serão mais de 1,4 milhão de detidos, com custo incremental de R\$ 62 bilhões para construção de unidades prisionais. ‘Não é sustentável orçamentária, física e financeiramente. Em termos de recursos humanos é absolutamente insustentável’ [...]”. Ver: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2018/setembro/201co-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-nosso-pesadelo201d-diz-raul-jungmann>>.

**19** - Sobre este tema e seu aprofundamento ver MENEGAT, M. “Feitiço de fundo de quintal: o PT, a crise e a economia política da barbárie”. In: Revista Metaxy, v. 1, nº 1, 2017. <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/8881>>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BELL, Daniel *Primeira guerra total*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

KEYNES, John Maynard “Consequência das alterações no valor da moeda para a sociedade”; in: *Keynes (Coleção Grandes Cientista Sociais)*. São Paulo: Ática, 1978.

KURZ, Robert “Économie de guerre sans guerre”, in: *Vie et mort du capitalisme*. France: Editions Ligne, 2011,

KURZ, Robert *Critique de la democratie Balistique*. Paris: Editions Mille et Une Nuit, 2006.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709